BOLETIM

ANO XXIII Nº. 12 - MAIO DE 2001

APUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

Editorial

Prometeu ganha GED. São Pedro, não

Desmoralizado o governo que se empenhou em desmoralizar aposentados, professores, funcionários públicos. Contradições e situações inexplicáveis no mais alto escalão da vida política emergem diariamente. O papel cumprido pelo ex-senador Arruda, seu parceiro efetivo, Antônio Carlos Magalhães, e o atual presidente do Senado, Jader Barbalho, falam por si só.

Resistente em admitir a pobreza de sua política social - questão sempre sujeita ao *nhenhenhém* ideológico - o governo vê ressurgir, sempre sem aceitar sua cota de responsabilidade, doenças e epidemias geradas pelo descaso na prevenção ou pela economia no saneamento básico, sofrimento e morte pelo corte de cestas básicas para miseráveis. Some-se a isso o desinvestimento em educação e C&T, o corte de bolsas para qualificação de professores, vetos a recursos que garantiriam a implementação do Plano Nacional de Educação.

Acuado no beco em que se meteu pela política de subinvestimento, - caríssima na hora do toma-lá-da-cá - vê suas desculpas se esfarraparem na crise de energia. Falham as tergiversações frente às conseqüências para os únicos objetivos que de fato perseguiu, política cambial e pagamento da dívida, e para a atividade produtiva e nosso cotidiano. Economia no limite da irresponsabilidade histórica, barata e submissa aos banqueiros internacionais e tupiniquins. Faltou, quem sabe, pagar a GED para garantir a produtividade de São Pedro.



Completamente sem rumo, o MEC põe num dia e dispõe no outro, à mercê da equipe econômica. Nossa carga de impostos e trabalho aumenta dia-a-dia e o resultado é coibir o trabalho em educação, pesquisa e extensão que não pode ser amesquinhado no tarefismo produtivista das GED e GID. Como se a história do trabalho universitário, mais para Prometeu do que Sísifo, justificasse coação para garantir resultados necessários. Salário? O Supremo nos reconhece o direito a reajuste anual, interpretando corretamente a lei que este próprio governo promulgou e não cumpriu.

Coisas de tempos do Rei Lear do Patropi.

Lei atende ao FMI e penaliza área social

Pág. 2

Educação básica: uma dívida social

Pág. 4

APUBH rechaça PNE aprovado com vetos

Pág. 5

Legislação

Responsabilidade fiscal ou irresponsabilidade social?

Sob a alegação de que se trata de um esforço no sentido de combater a corrupção, sanear as finanças públicas e buscar a maturidade administrativa do país, o governo federal conseguiu aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na realidade, o objetivo central desta Lei é garantir o cumprimento da agenda com os credores internacionais e o Capital Financeiro. Constitui-se em um mecanismo que propicia a produção de superávit primário, resguardando o pagamento dos serviços da dívida ao tempo em que assegura, generosamente, as despesas financeiras.

Ao contrário do rígido controle sobre as despesas não financeiras, há uma folga confortável para o mercado financeiro e o Banco Central, inclusive com a transferência automática dos prejuízos do Banco para o Tesouro Nacional. Assim, as ações do Banco Central estão livres de qualquer restrição orçamentária. A conta do "socorro" aos bancos – nada menos do que R$ 34 bilhões desde 1994 – passou a ser prioridade do governo.

Enquanto isso, a falta de investimento em setores básicos nos leva a conviver com situações extremamente dramáticas, como a questão da falta de energia que aponta para perspectiva de redução de postos de trabalho, queda do PIB e da arrecadação de impostos, com fechamento de empresas, além de outros efeitos danosos.

O descaso com a saúde e saneamento nos trouxe de volta as endemias que figuravam apenas nas histórias bem remotas. Verdadeira irresponsabilidade social.

Corrupção

Embora sob a égide da austeridade fiscal e moralidade pública, a Lei não dispõe de qualquer mecanismo que combata a corrupção, nem busca a eficiência e eficácia dos gastos públicos. Ressalta-se, aí, a inovada criação da criminalização da gestão pública nos casos de omissão da autoridade quanto aos compromissos financeiros. Entretanto, não há previsão de punições para os casos de negligência ou desvio de dinheiro público. É a falsa moralidade que se nos impõe.



Os demonstrativos determinados pela LRF servem apenas para elucidar a situação financeira do ente público, sua solvência e capacidade de pagamento. Não servem para o cidadão controlar a eficácia dos gastos sociais ou com a máquina administrativa. Ou seja, a melhoria na transparência se destina aos credores do erário.

Por fim, vale lembrar que essa Lei viola a Constituição e agride os princípios fundamentais do Pacto Federativo, ao interferir na autonomia dos estados e municípios, obrigando-os a cumprirem as metas impostas que atendem unicamente ao ajuste fiscal.

Juristas denunciam FHC

A mesa da Câmara dos Deputados recebeu denúncia para instauração de processo visando apuração de crime de responsabilidade cometido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O texto foi elaborado pelos juristas e professores universitários Celso Bandeira de Mello, Dalmo de Abreu Dallari, Fábio Konder Comparato, Goffredo da Silva Telles e Paulo Bonavides.

Eles denunciam FHC por ter conseguido a retirada de 20 assinaturas no pedido de instauração da CPI da Corrupção mediante a liberação de verbas orçamentárias. Os juristas citam o artigo VI, alínea II da lei 1079 (complementa o artigo 85 da Constituição) que enquadra o presidente em crime de responsabilidade por ele ter atentado contra o livre exercício do Poder Legislativo mediante uso da violência, ameaça ou coação, bem como alcance do objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção.

Após ser lida na Câmara, a denúncia seguirá para uma comissão especial mista que vai se pronunciar sobre a abertura de processo.

Atualize seu endereço e e-mail

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 99/01

PRESIDENTE: Beatriz Couto

1º. VICE-PRESIDENTE: Ciomara Nunes

2º. VICE-PRESIDENTE: Rodney Saldanha

1º. SECRETÁRIO: Délcio Salomon

2º. SECRETÁRIO: José Antônio Armanelli

1º. TESOUREIRA: Otávia Fernandes

2º. TESOUREIRA: Rosângela Carrusca

1º. SUPLENTE: Maria Inês Toledo

2º. SUPLENTE: Juliana Bastos

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ana Maria R. Oliveira
Reg. Prof. 2.032/MG

Editoração: Mary O. Assis

TIRAGEM: 3.500 exemplares

APUBH - Rua Artur Itabirano, 70 São José/Pampulha CEP 31275-020 - BH/MG

Tel: (0xx31) 3441-7211
Fax: (0xx31) 3441-1303

e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
home page: www.apubh-ufmg.org.br

UFBA rebela-se contra repressão

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, em reunião extraordinária convocada pelo reitor Heonir Rocha, emitiu nota repudiando a invasão do Campus do Canela, em Salvador, no dia 16 de maio, quando foram ocupadas cinco unidades pela Polícia Militar.

O incidente ocorreu durante uma manifestação estudantil em favor da cassação dos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Nos atos de violência praticados contra estudantes, professores e funcionários, mais de uma dezena ficaram feridos; vários prédios foram danificados. A APUB acolheu estudantes e foi cercada por destacamentos militares e um camburão. Na Faculdade de Educação, os docentes formaram uma muralha para proteger o prédio.

"A brutal e descabida agressão ao direito de livre expressão e o violento impedimento de legítima manifestação dos estudantes, docentes e funcionários, em espaço da universidade, caracterizam afronta grave aos direitos individuais dos cidadãos e à essencial autonomia universitária, assegurados pela Constituição Federal", assinalou a nota.

A Reitoria decidiu entrar com medidas judiciais e, por deliberação do Conselho, foram suspensas as atividades no dia 17. Um ato público reuniu cerca de 20 mil pessoas, com a participação de entidades da sociedade civil.

Esse não foi o único incidente violento. No dia 10, uma passeata liderada por estudantes foi reprimida quando se dirigia da Reitoria ao centro da cidade. A Procuradoria Geral da República abriu inquérito para apurar responsabilidades.

Arquivo APUB-BA



Polícia age contra estudantes no centro de Salvador

Reajuste Salarial

As universidades estaduais USP, Unicamp e Unesp estão em campanha salarial, reivindicando um reajuste de 13,5% referente a perdas de maio 2000/2001. No ano passado, obteve-se um aumento de 25%. Os reajustes são definidos pelos reitores,em razão da existência da autonomia administrativa e financeira, constante em decreto do governo de São Paulo baixado em 1989.

O início do fim da universidade pública

O anteprojeto de Lei de Emprego Público para as Instituições Federais de Ensino Superior, apresentado pelo MEC, abala profundamente a estrutura das Universidades Federais.

Este anteprojeto tem origem na Emenda Constitucional nº 19 e na Lei 9962/2000 que a regulamenta. Desde a aprovação da referida Lei a União ficou autorizada a contratar pessoal na forma de Emprego Público regido pela CLT. Com base nisso, o MEC tenta implementar a reforma da universidade, arquitetada desde o regime militar e que traz consigo três componentes básicos que demandam a nossa atenção: o privatista, o produtivista e o elitista.

Privatista no sentido de que, ao desqualificar a prática acadêmica, promove a insatisfação, a insegurança que, somadas à asfixia financeira, impõem uma subordinação às forças econômicas do mercado, rumo à captação de recursos externos e à conseqüente mercantilização da produção acadêmica. Subjugada pelo poderio econômico, a comunidade universitária passa a "produzir por encomenda" e aí explicita o caráter elitista desta política: quem pode compra.

Ética fragilizada

Nesse aspecto, as ações e os compromissos éticos e sociais que sempre vivificaram a universidade ficam fragilizados.

No tocante à produtividade, nada melhor que a política de gratificação imposta pelo MEC, em substituição ao reajuste dos salários, para demonstrar a lógica do "produza que eu pago". Quanto à qualidade da produção... bem, isso não importa tanto.

É indiscutível a importância social das universidades públicas enquanto produtoras de conhecimento, ciência e tecnologia, o que as torna verdadeiros pilares da soberania nacional.

Os efeitos da substituição de servidores por empregados, sugerida por este anteprojeto de lei, não atingem apenas as relações de trabalho. É o início de um processo de desestruturação das universidades com a conseqüente destruição da esfera pública de ensino superior. Por mais catastrófico que possa parecer, não nos iludamos. Essa é uma verdade.

Temos que negar a premissa de que a universidade vem sendo desconstruída sob os olhares dos cúmplices ativos e passivos que a povoam e acreditar na existência de "ilhas" de resistência formadas por docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes que conservam a dignidade e o compromisso ético com a sociedade e com a universidade verdadeiramente pública.

Educação Básica

EJA: Regulamentar para além do Direito

*Maria Clemência de Fátima Silva**

A educação básica de jovens e adultos tem sido discutida na perspectiva do direito. Entretanto, no país, os índices de analfabetismo – 15% das pessoas com idade a partir de 15 anos – são assustadores, o que demonstra uma grande lacuna entre o direito à educação consolidado na Constituição e a capacidade do poder público em assegurar escola básica para todos na idade adequada.

Trata-se de uma grande dívida social com uma parcela significativa da população, privada do acesso à escolarização, que precisa ser resguardada. A efetivação deste direito está relacionada à expansão e consolidação dos direitos de cidadania.

Em Belo Horizonte, tem se ampliado a oferta dessa modalidade de ensino nas escolas municipais e são várias as iniciativas de experiências político-pedagógicas que caminham no sentido de romper com a idéia de compensar a escolaridade perdida, de se pensar numa escola inclusiva para os trabalhadores jovens e adultos que a ela não tiveram acesso.

Tais experiências apontam referências importantes no processo de discussão da regulamentação da Educação Básica de Jovens e Adultos, hoje em curso no Conselho Municipal de Educação.

O Conselho, através da Câmara de Política Pedagógica, além do diálogo com as práticas educativas das escolas municipais, com a Secretaria Municipal de Educação e com o Sind-Ute, vem partilhando essa discussão com profissionais da educação, alunos e a sociedade. Recentemente, realizou um debate sobre a regulamentação com a participação de aproximadamente 600 pessoas interessadas na temática em questão.

A participação pública nesse movimento de construção possibilita pensar e repensar a estrutura das diretrizes considerando as vozes dos sujeitos envolvidos. O desafio está posto. A regulamentação dessa modalidade de ensino tem que expressar a reafirmação do direito do jovem e do adulto à escolarização básica.

** Professora da Rede Municipal de Belo Horizonte, coordenadora da Câmara de Política do Conselho Municipal de Belo Horizonte*

Audiências Públicas

CNE

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação realizou, no dia 23 de abril, um novo encontro para discutir a última versão do documento sobre Propostas de Diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica, em cursos de Nível Superior.

O documento analisa aspectos que contribuam para a melhoria da formação dos professores no processo educativo básico, considerando fortalecer processos de mudança no interior das instituições formadoras e aprimorando a capacidade acadêmica e profissional dos docentes.

Esta proposta busca descrever o contexto global e nacional da reforma educacional no Brasil, o quadro legal que dá suporte e as linhas às mudanças dos cursos de formação de professores.

Educação Profissional

A educação profissional ou tecnológica tem, como objetivo, oferecer habilitação técnica, preparando o profissional para desempenhar suas habilidades e desenvolver atitudes necessárias à inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho, face à evolução científica e tecnológica.

Esse postulado foi reafirmado durante a 8ª reunião extraordinária sobre Educação Profissional em Nível Nacional, realizada no Senado Federal, no dia 9 de maio, quando se enfatizou a cultura do trabalho e sua estreita relação com o processo de formação profissional.

Diversos participantes da reunião, como a senadora Emília Fernandes,ressaltaram que a educação básica, de nível fundamental ou médio, e a educação tecnológica de nível superior, entendidas como relacionadas com a formação do indivíduo e com a garantia de elevação do nível cultural da população, devem compor a formação profissional dos cidadãos.

Portanto, o futuro técnico deve ter uma escolaridade, e não apenas uma formação de um ou dois anos, quando lidará apenas com o "saber fazer" e não tomará contato com o "valor do saber e do fazer".

O III Seminário sobre a Reforma do Ensino Profissional será realizado nos dias 1° e 2 de junho, no Cefet do Paraná, em Curitiba. O objetivo é refletir sobre as mudanças no mundo do trabalho no contexto da globalização e suas implicações para a educação, a atual realidade dos Cefets, Escolas Técnicas e Agrotécnicas, entre outros temas.

Informações: (041) 323-24-77.

CARTA DENÚNCIA

A APUBH vem de público denunciar:

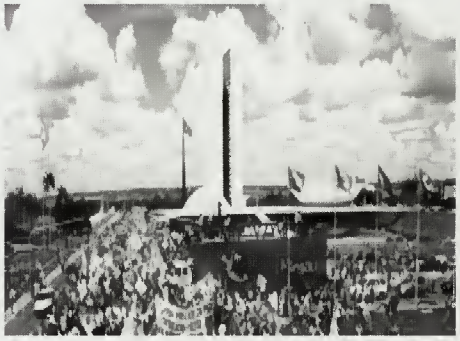
O Plano Nacional de Educação sancionado em 10/01/2001 na forma da lei nº 10172/2001 sofreu vetos presidenciais relativos ao seu financiamento que inviabilizam a sua exequividade, transformando-o em uma mera carta de intenções.

Os argumentos para os vetos invocam, recorrentemente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, reafirmando a política do Governo Federal que privilegia a "estabilidade econômica", "honrando" os compromissos com o FMI, em detrimento do atendimento à área social.

O Plano aprovado, embora não tenha sido aquele construído pela sociedade civil organizada, durante a realização do I e II CONED (Congresso Nacional de Educação), apresenta avanços em relação à proposta inicial do MEC.

Reafirmamos, aqui, o nosso desejo de ver aprovado o plano construído de forma democrática pela sociedade civil, mas diante da situação criada, na tentativa de lutarmos contra perdas ainda maiores, sugerimos ações que fomentem a derrubada dos vetos presidenciais, pelo Congresso Nacional.

Arquivo ANDES-SN



Congresso Nacional

Vetos ao PNE:

O primeiro veto incidiu sobre a seção de educação infantil:

Item 1.3, subitem 22 – "Ampliar o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas, de sorte a atender, nos três primeiros anos deste Plano, a 50% das crianças de 0 a 6 anos que se enquadrem nos critérios de seleção da clientela e a 100% até o sexto ano".

Quatro vetos incidiram na seção de ensino superior:

Item 4.3, subitem 2 – "Ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total de vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior".

Item 4.4, subitem 24 – "Assegurar, na esfera federal, através de legislação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído, entre outras fontes, por pelo menos 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, destinados à manutenção e expansão de instituições federais".

Item 4.4, subitem 26 – "Ampliar o programa de crédito educativo, associando-o ao processo de avaliação das instituições privadas e agregando contribuições federais e estaduais e, tanto quanto possível, das próprias instituições beneficiadas, de modo a atender a, no mínimo, 30% da matrícula no setor particular, com prioridade para os estudantes de menor renda".

Item 4.4, subitem 29 – "Ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, através das agências federais e fundações estaduais de amparo à pesquisa e de colaboração com as empresas públicas e privadas, de modo a triplicar, em dez anos, os recursos atualmente destinados a esta finalidade".

A próxima seção afetada pelos vetos presidenciais foi a referente ao Magistério da Educação Básica:

Item 10.3, subitem 4 – "Implantar, no prazo de um ano, planos gerais de carreira para os profissionais que atuam nas áreas técnica e administrativa e respectivos níveis de remuneração".

Item 11.3, subitem 1 – "Elevação, na década, através de esforço conjunto da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, do percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados em educação, para atingir o mínimo de 7%. Para tanto, os recursos devem ser ampliados, anualmente, à razão de 0,5% do PIB, nos quatro primeiros anos do Plano e de 0,6% no quinto ano".

Item 11.3, subitem 7 – "Orientar os orçamentos nas três esferas governamentais, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais e alocar, no prazo de dois anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno, que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente".

Item 11.3, subitem 13 – "Garantir recursos do Tesouro Nacional para pagamento de aposentados e pensionistas do ensino público na esfera federal, excluindo estes gastos das despesas consideradas com manutenção de desenvolvimento do ensino".

O presidente vetou tudo que poderia aproximar o PNE de um plano, e reforçou o seu caráter de uma mera carta de intenções. Vaga e imprecisa no que diz respeito às metas e meios para a melhoria dos padrões educacionais, e sufocante na imposição de tarefas aos Estados, Municípios e à sociedade

Eventos

Fórum Mundial de Educação

Será realizado de 24 a 27 de outubro, em Porto Alegre, o Fórum Mundial de Educação. O evento está sendo organizado pela Prefeitura Municipal, em parceria com Universidades, entidades sindicais, movimentos sociais, ONGs e Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Ele se constitui em um desdobramento do Fórum Social Mundial, realizado em janeiro.

O tema central é a Educação no Mundo Globalizado e os eixos temáticos são: 1 – Educação como direito; 2 – Educação e Tecnologia; 3 – Educação e culturas; 4 – Educação e transformação (as nossas utopias).

O objetivo é construir um espaço onde haja momentos de interlocução e troca de idéias sobre o conflito cotidiano que permeia as propostas de educação inclusiva, proporcionando visibilidade aos atuais trabalhos em desenvolvimento, com atenção mais específica para as experiências do Brasil, América Latina, África e Ásia.



O valor das inscrições, os prazos e critérios para apresentação de relatos estão sendo definidos pelo comitê organizador do Fórum Mundial de Educação. Maiores informações: www.forummndialdeeducacao.com.br.

Subcomissões na UFMG

Foram instaladas, no dia 21 de maio, as Subcomissões de Gestão de Pessoal Docente, Gestão Acadêmica dos Cursos e de Legislação que terão, respectivamente, estas funções: definir a lotação e dimensionamento do corpo docente para atividades de educação básica e profissional; definir as formas de controle acadêmico do ensino ministrado nas escolas e sobre as instâncias de decisão acadêmica para as atividades de educação básica e profissional; buscar meios para a definição de um amparo legal na legislação externa à UFMG e assessorar outras subcomissões.

CALENDÁRIO

Marcha da Educação: As entidades nacionais estão organizando a Marcha em Defesa da Educação para o dia 03 de outubro de 2001. Desde já adiantamos a importância da participação de todos que lutam por uma educação pública de qualidade.

Gestão Democrática Interna da Universidade: 12 e 13 de junho – Maringá - Paraná.

Encontro Internacional de Filosofia e Educação: Brasília – DF 14 a 16 de junho. Informações: http://www.unb.br (eventos)

I Simpósio Trabalho e Educação - Relações Sociais na Educação e na produção: 6, 7 e 8 de junho. Promoção: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação – Faculdade de Educação da UFMG. informações: www.fae.ufmg.br/nete/simposio.html Telefax: 3499-53-49

X Colóquio Internacional de Oficina Educação e Prática Pedagógica: Rio Grande do Norte–Natal. 11 a 13 de setembro.

SBPC: A ANDES encaminhou à organização central do evento uma proposta de programação para ser inserida na reunião oficial. Foi formada também uma comissão composta pela ANDES, FASUBRA e SINASEFE para preparar a SBPC paralela cujo tema é Educação e Diversidade – Patrimônio do Futuro. Alguns temas já foram definidos: A nova ordem mundial, soberania na América Latina e Educação Pública – a exclusão na diversidade.

Propostas aprovadas pela Plenária dos SPFs

Essas foram algumas propostas aprovadas na reunião dos SPFs em Brasília, no dia 20 de maio:

· Revogação da LRF: os SPFs, em plenária nacional realizada no dia 20 de maio, dirigem-se ao conjunto das entidades sindicais, à CUT, aos partidos políticos e a entidades democráticas, propondo campanhas pela revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e contra a desregulamentação dos direitos trabalhistas.

· Aprovação das propostas para se avançar na adoção de medidas visando a responsabilização do presidente FHC, apresentação de denúncia contra o governo na OIT pelo descumprimento da Convenção 151, da qual o Brasil é signatário.

· Proposta aos parlamentares de esquerda para que participem de manifestações nas ruas e, em conjunto com a CUT , ajudem a convocar os trabalhadores para uma greve geral .

· Divulgação dos nomes dos parlamentares que votaram contra a CPI da Corrupção.

· Abaixo-assinado exigindo que FHC cumpra a decisão do STF sobre a Revisão Geral Anual dos Servidores Públicos.

· Agendamento de audiência com FHC ou o ministro da Casa Civil até 23 de junho.

· Campanha FORA FHC e o FMI: que os SPFs participem, no dia 27 de junho, de uma verdadeira campanha de combate ao desemprego, ao arrocho salarial, à destruição dos serviços públicos e dos direitos trabalhistas, às privatizações, à corrupção, pois a mesma é filha das privatizações, da desregulamentação dos direitos dos trabalhadores e da destruição do serviço público, e exigência do atendimento das reivindicações.

· Proposta à CUT para que organize os desempregados em todo o país para que cobrem do "imperador do Planalto" o direito de trabalhar e o direito à vida.

· Proposta à CUT para que encampe uma campanha em nível nacional visando a unificação da data-base com todas as categorias de trabalhadores.

· Campanha de mídia: aproveitando o atual momento, a campanha deve valorizar o servidor público.

CALENDÁRIO

04 a 08 de Junho – Jornada de lutas nos Estados com atos, manifestações e com paralisações onde for possível;

Até dia 23 de Junho – marcar audiência com FHC ou Casa Civil;

27 de Junho – Marcha dos 200 mil a Brasília;

Junho – Plenária Nacional dos SPFs (data a ser marcada pela CNESF);

Junho – Reunião da Comissão (GT) Assuntos de Aposentadoria (data a ser marcada pela CNESF);

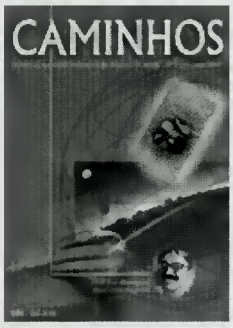
Julho – Encontros Preparatórios sobre Assuntos de Aposentadoria (data a ser marcada pela CNESF);

Agosto – Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria – Local: Brasília ou Rio de Janeiro;

03 de Outubro – Marcha em Defesa da Educação.

NOTAS

Revista Caminhos



O papel da universidade pública em relação à sociedade, a conjuntura nacional e internacional sob análise. Esses são alguns dos temas abordados na edição nº 19/20, que será lançada no dia 6 de junho, a partir das 19 horas, na Faculdade de Educação da UFMG.

Considerando-se o nível de qualidade da revista, ela será submetida a serviços de indexação e resumo de sua área de abrangência. Também serão lançadas, no dia 6, as revistas Trabalho e Educação, do Nete (Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação), Educação em Revista, da FAE, e o Caderno de Textos Trabalho e Educação em Perspectiva.

O evento vai ser realizado dentro do I Simpósio Trabalho e Educação, de 6 a 8 de junho, cujos objetivos são: propiciar o debate sobre o atual estágio das pesquisas em trabalho e educação, intercâmbio de experiências e pesquisas na área, espaço para a elaboração de novos conhecimentos e incentivar a produção e socialização de pesquisas sobre trabalho e educação. Maiores informações:www.fae.ufmg.br/nete/simposio.html

Bolsas PICDT

As bolsas do PICDT já distribuídas até 2001 serão mantidas, ao contrário do que noticiamos no Informativo nº 11. No entanto, a celeuma causada pelo encerramento do projeto da CAPES que fomenta a qualificação dos professores universitários trouxe resultados positivos.

Em visita à CAPES, no dia 21 de maio, a Presidente da APUBH, Beatriz Couto, foi informada de que o programa será reformulado e não encerrado. Discutiu-se a polêmica questão dos professores da UFMG que foram selecionados, mas não receberam a bolsa porque a cota da UFMG caiu, sem aviso prévio, do número histórico de 15 para apenas 8 bolsas.

A APUBH sugere que esses professores entrem com processo, na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, pedindo a revisão da decisão junto à CAPES. Nesse caso, deve-se alegar a existência do Plano de Capacitação de Docentes, que justifica a qualificação dos professores da UFMG (em relação a outras universidades) e a de cada Departamento para se manter na média de qualificação da UFMG e situações pessoais que comprovem as dificuldades financeiras para que o professor se mantenha no curso.

Tal revisão, entretanto, só poderá ser efetivada se for aceita no 2º semestre, conforme adiantaram técnicos da CAPES.

Grupo de Trabalho

Em reunião do GT sobre Assuntos de Aposentadoria da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF), nos dias 17 e 18 de maio em Brasília, foram elaborados os documentos: Carta Aberta aos parlamentares, reiterando posição contrária à PEC 136/99, que trata da contribuição previdenciária dos aposentados; carta aos líderes das Bancadas, solicitando orientação aos deputados para que votem contra a PEC; ofício ao líder da Bancada do PT na Câmara, solicitando esclarecimento sobre a posição frente à PEC.

Foi definido, também, o calendário das próximas atividades, que incluem reunião para debater a campanha salarial, PEC 136, estratégia de lutas, entrega do abaixo-assinado.

Saúde

A Saúde foi o tema central da reunião em Aracaju do GT de Seguridade Social da ANDES-SN, dos dias 4 a 6 de maio. Foram analisados o relatório da 11ª Conferência Nacional de Saúde, que abordou o SUS como prática social, e as questões do Regime de Emprego Público e da Previdência Complementar, com suas implicações para a universidade.

Decidiu-se pela participação da ANDES na preparação da Reunião Ampliada do GT da CNESF e propôs-se a realização de debates sobre os temas do relatório da CNS, que se encontra na APUBH para leitura das pessoas interessadas.



Reforma Administrativa

Os partidos PT, PC do B, PSB e PDT propuseram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), visando anular a Reforma Administrativa, prevista na Emenda Constitucional nº 19, em sua totalidade, ou anulando-se vários artigos. Entre os artigos, estão aqueles que extinguiram o RJU - Regime Jurídico Único - e que abriram caminho para contratações pelo regime da CLT - Emprego Público -, suprimindo ainda mais a estabilidade e a aposentadoria integral dos servidores públicos. Quando do primeiro julgamento da ADIN, o governo pediu vistas ao processo. (Leia matéria à página 3).

IMPRESSO